

Terça-Feira, 07 de Janeiro de 2025

Flávio Dino vai analisar resposta da Câmara sobre emendas ainda neste sábado

QUEDA DE BRAÇO

Terra

Flávio Dino, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), começa neste sábado, 28, sua análise da resposta da Câmara dos Deputados aos seus questionamentos envolvendo as emendas parlamentares no valor de R\$ 4,2 bilhões, que foram bloqueadas por Dino, iniciando uma queda de braço entre os Poderes.

Segundo apuração de Jussara Soares, da CNN Brasil, a Câmara está aguardando a avaliação do ministro do STF para saber se as respostas foram suficientes para a liberação do pagamentos das emendas.

A Casa enviou novas respostas à Suprema Corte após novo pedido de Dino e imposição de prazo de resposta até às 20h dessa sexta-feira, 27. A Câmara enviou a petição dentro do horário fixado.

Entenda

A Câmara dos Deputados informou ao Supremo Tribunal Federal que agiu "sob orientação jurídica" de pastas do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao indicar R\$ 4,2 bilhões em emendas apadrinhadas por 17 de líderes de bancada.

Em ofício enviado na noite desta sexta, a Casa diz que há legalidade no procedimento adotado e também um "estranhamento" em participar sozinha do diálogo institucional com a Suprema Corte", sem que haja cobrança igual ao Senado.

"Daí o estranhamento de que apenas a Câmara dos Deputados esteja participando neste momento de diálogo institucional com a Suprema Corte, para fins de aprimoramento do processo orçamentário das emendas parlamentares, quando a competência para a matéria é do Congresso Nacional, quando o Senado da República adotou rito rigorosamente idêntico ao da Câmara dos Deputados e quando ambas as Casas se limitaram a seguir orientações técnicas prévias do Poder Executivo, para fins de mero encaminhamento de indicações que sequer são impositivas", diz o ofício assinado pela Advocacia da Câmara.

Segundo esse documento, a orientação jurídica partiu dos ministérios da Fazenda, do Planejamento e Orçamento, da Gestão e Inovação, da Secretaria de Relações Institucionais e da Casa Civil da Presidência da República, da Advocacia-Geral da União, que fundamentou a ação dos deputados e senadores. "Caso não houvesse a orientação em questão, não haveria qualquer ofício de indicação", diz o texto

Na manhã desta sexta-feira, Dino considerou as primeiras respostas enviadas pela Câmara insuficientes e fez novas perguntas que deveriam ser respondidas até as 20h ainda desta sexta-feira.